

mente, o francês, o alemão, o italiano, o japonês. Portugal e Brasil, a que agora se juntam as chamadas jovens nações africanas, possuem em comum rico, inestimável e poderoso patrimônio cultural. Têm como se apresentar condignamente à face do mundo. Economicamente ainda não somos uma potência, mas, sem dúvida, um potencial. As riquezas do Brasil (infelizmente ainda *no* Brasil e não verdadeiramente *do* Brasil) despertam a cobiça dos que sabem fazer dinheiro e, unidas à do solo africano, poderão dar ao mundo da lusofonia a base econômica dia-a-dia mais necessária. O progresso tecnológico, que torna cada vez mais fina a malha dos *mass media*, nos obriga a reivindicações e posições firmes, que não deixem soçobrar a nossa casta linguagem ante uma língua veicular que não tem raízes em nossos corações. E que a reduza a lamentos de viola ou bailaricos de sanfona em noites festivas de luar. O português é isso sim, mas também é muito mais.

Penso que, neste ponto, cabe incluir o *Instituto Internacional de Língua Portuguesa*, criado no Brasil em São Luís do Maranhão, com a presença do então presidente José Sarney, e do seu ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, inspirador do projeto e, para felicidade nossa, atual embaixador em terras de Portugal, contando ainda a cerimônia com a honrosa presença do Presidente Mário Soares. Creio que, no âmbito internacional, muito poderá fazer o Instituto (que, diga-se de passagem, parece-me deveria ter sede em Lisboa, símbolo da fraternidade lusíada) pela necessária afirmação da língua portuguesa nos fóruns internacionais, graças à criação de instrumentos hábeis ao seu fortalecimento como língua de cultura, em nível de igualdade com as das suas co-irmãs.

(JL, 02/03/1993)

*

As línguas de cultura no limiar do terceiro milênio

Língua, linguagem e cultura(s) num denso e magnífico texto de um prestigioso professor e eminente linguísta brasileiro

1 – A palavra *cultura* sofre de penosa polissemia. No sentido originário, prende-se ao radical do verbo latino *colo*, com o sentido duplo de “trabalhar o solo” e de “morar, habitar”, sentidos que se encontram respectivamente nos vocábulos latinos *agrícola* e *íncola*. Desse significado inicial, passou, metaforicamente, ao significado de “cultivar o espírito”, de fazer germinar em

nossa mente os frutos do saber e do agir, ciência e consciência. Em tal sentido, opõe-se a *natura*, aquilo que o homem encontra já feito pelo Criador, inclusive a si próprio. Na natureza nada se cria, exatamente porque ela é a própria criação. Mas o homem foi dotado da capacidade de *pro-criar*, ou seja, de “criar para diante”, prolongando os modelos *pré-criados*. Mas procria não só biologicamente, capacidade que compartilha com os animais, animal que também é, mas ainda psicicamente, o que lhe é próprio, por ser uma criatura “racional e livre”.

Criando Deus o homem à sua imagem e semelhança, tirou-o do barro da terra (aonde retornará pela morte), mas lhe deu vida, soprando-lhe sobre o rosto (*Génesis*, 2-7). Este hálito divino é o *spiritus*, palavra latina que significa “sopro”, tradução do grego bíblico *pneuma*. Fez-se assim decisivo corte na obra da criação, que ficou dividida em duas partes: o mundo do barro e o mundo do espírito, o mundo da necessidade e o mundo da liberdade. O mundo da necessidade é o mundo *já feito*, daquilo que o homem só domina quando lhe obedece às leis; o mundo da liberdade é o do *por fazer*, o momento da criação relativa (a criação absoluta só a Deus pertence), limitado às potencialidades do seu espírito, o mundo da *cultura*, enfim.

2 – Nos contatos com a realidade do seu meio (o solo, o clima, a posição geográfica, os “próximos”), o homem cria o seu modo de viver, *adaptando-se* às condições materiais de sua região. Assim, um rio, um curso d’água natural, pode “converter-se” em via de comunicação (fato cultural) pelo aproveitamento inteligente do homem. Mas a vida, no ser humano, não se limita aos momentos de sua permanência no Planeta. Mais propriamente, não se reduz ao *hic et nunc*, ao aqui e agora, ou seja, aos segmentos de tempo que lhe é dado usufruir. Ao contrário, o ser humano, porque racional e livre, é um *pro-jecto*, uma continuidade de atos tendo em vista um fim, um *destino*. Não é a existência que o faz ser, tese existencialista; o ser humano é produto da criação, a existência faz a *história* do ser. O homem é, portanto, um ser histórico, e histórico porque teleológico. A história é o ser vivendo, mas vivendo tendo em vista a auto-realização. Tudo que faz passa a ser um elemento integrante do seu eu e lhe vai constituindo a *personalidade*, sob a forma de *memória*. Perder a memória é perder-se a si mesmo; continua a *pessoa*, mas esvaiu-se a *personalidade*. Ao agir, ao construir sua personalidade, segue o homem determinada direção e, ao assumir essa direção, está-se situando num tempo que não é, mas que há de ser, tempo *futuro*. Esse tempo é uma *expectativa de existência*, uma espera e também uma *esperança*. Pois viver é esperar, quando já não há esperança, acaba a vida. Neste ponto, confundem-se o porque e o *para que*, convergindo para o *como*. O homem tem de procurar um rumo, um sentido para o seu projeto de vida; por isso é que o *porque* e o *para que* se unem para dar uma *interpretação* ao seu projeto de vida. Adaptação e interpretação são os dois pólos da cultura.

3 – A cultura pode ser individual ou coletiva. Coletivamente, a cultura cria padrões de comportamento e são seguidos consecutivamente pelos seus integrantes. A interpretação do universo de caráter coletivo é a chamada *cosmovisão*, a *Weltanschauung* dos alemães. O que a gera, pode-se dizer, até hoje é uma incógnita.

Já se tentou explicá-la por causas de ordem exterior: o clima, o solo, a posição geográfica. A beleza do céu da Grécia, a amenidade do clima, o rumor ondulante de suas águas teriam levado o povo à meditação e à filosofia; a atração do mar ao longo de um extenso litoral teria feito dos fenícios um povo de navegantes; o Egito é uma dádiva do Nilo e, para Renan, o deserto era monoteísta... A raça também não foi esquecida. Distinguindo entre brancos, negros e amarelos, Augusto Comte via a razão dominar nos primeiros, nos segundos o sentimento, nos últimos a vontade. O determinismo antropogeográfico de Ratzel, ou o biólogo de Gobineau. Tais explicações são falhas e por isso mesmo outras surgiram, de cunho acentuadamente filosófico. São aquelas que falam na “alma de uma cultura”, à maneira de Spengler, como que um centro epistemológico, que se irradiaria, sob a forma de rosa-dos-ventos, por todas as áreas da cultura. Ou ainda os “tipos históricos”, de Danilevsky, os “estilos” de Kroeber, os “modelos” de Toynbee.

Esse o aspecto histórico-social das culturas. Mas não são elas mónadas fechadas, incomunicáveis entre si, dotadas de energia própria, que se realizaria e esgotaria no decurso do tempo. O motor da História é sempre o Espírito Humano, que a cria, recria, transforma e desfolha. Atuando permanentemente sobre a cultura, constitui a sua componente *individual*, termo que, tradicionalmente, se opõe a *social*. Podemos dizer que a cultura *coletiva é transmitida*, ao passo que a *individual é adquirida*. A primeira define-se pelos *mores*, por tudo aquilo de que o homem é receptáculo e não produtor. São as chamadas “tradições populares”, que as gerações entregam sucessivamente umas às outras e onde muitas vêem as raízes da nacionalidade. A cultura adquirida resulta de um esforço pessoal, traduzido numa busca *aprendizagem*, que, quando sistematizada, converte-se em instituição social a que chamamos *escola*. A cultura adquirida é a consciência crítica da cultura transmitida.

4 – Posta a questão da linguagem sob essa luz, creio que alguma coisa começa a clarear. E a primeira distinção a fazer é a muito conhecida entre *linguagem e língua*. A linguagem, entendida como a capacidade de analisar o pensamento por meio de sinais, é algo exclusivo do ser humano, por ser ele animal *racional*. É uma faculdade do seu espírito, a famosa *faculté du langage*. Por isso, na decantada oposição de significado x significante, é o primeiro que assume o segundo; qualquer doutrina, tenha ela a apadrinhar o nome que tiver, que se apoiar fundamentalmente em tese contrária, cedo ou tarde, cairá vítima

da dialética da autodestruição. A faculdade da linguagem é, pois, um dom inscrito em nossa natureza; pertence, por conseguinte, à natura e não à cultura. Já as *línguas*, ao inverso, são obra nossa e prendem-se aos fatos da *cultura*.

Todavia, e isso é curioso, perdura na memória dos povos o mito da língua única, universal e primeira. Poderia ser a língua de Adão no paraíso ou talvez a de Noé depois do dilúvio. O capítulo 11, do *Gênesis*, fala da “confusão das línguas”, castigo imposto por Deus aos “homens vindos do Oriente” por sua pretensão de erigirem uma torre que alcançasse o céu. A torre veio abaixo e recebeu o nome de Babel, que quer dizer “confusão”. Por já não se entenderem entre si, não poderiam os homens voltar ao insano projeto da torre imensurável.

Umberto Eco chama a atenção para o que há de contraditório entre os capítulos 10 e 11 do *Gênesis*. No capítulo 10 se diz que os filhos de Noé se estabeleceram em diversos países, “onde cada um teve a sua linguagem”. E *in fine* está: “Destas famílias [isto é, de Sem, Cam e Jafete, filhos de Noé] procederam todas as nações da terra depois do dilúvio”. No entanto, o capítulo seguinte, o 11, se inicia com estas palavras: “Ora, na terra não havia senão uma linguagem e um mesmo modo de falar”. Talvez a inversão dos capítulos reolvesse o problema.

5 – Como se sabe, das três grandes famílias dos descendentes de Noé derivou a primeira classificação universal das línguas: *semíticas* (hebraico, árabe, aramaico, fenício), *camíticas* (egípcio, berbere, etíope), *jaféticas* (as línguas indo-européias, com os seus ramos e sub-ramos: sânscrito, persa, línguas eslavas, germânicas, latim e línguas neolatinas – dentre as quais o português, grego, céltico e línguas célticas). Trata-se portanto de classificação poligenética. Note-se, porém, que a Linguística Moderna, fundada no método histórico-comparativo, logrou conduzir várias línguas do mundo, aparentemente sem qualquer parentesco, como o persa, o armênio, o russo ou o português, a um mesmo arquétipo originário da língua primitiva, a *Ursprache* dos alemães. E houve até quem imaginasse reduzir todas as famílias assim constituídas a um só tronco comum, recuperando-se destarte cientificamente o mito da língua universal. É a teoria da monogénese, perfilhada, por exemplo, pelo italiano Trombetti. Contudo, por enquanto, é mais prudente ficar com a teoria da poligénese.

A teoria da poligénese parte da observação dos fatos. Verifica-se então que não só as línguas diferem entre si mas ainda que tendem a diversificar-se. Do latim, por exemplo, saíram várias outras línguas, como o português, o espanhol, o francês, o italiano, o romeno. Demais, o total de línguas do mundo não é suficientemente conhecido. O próprio critério para a sua contagem é vacilante. Por exemplo, incluir ou não dialetos? Quando se trata de línguas ágrafas e tribais, onde a fronteira entre língua e dialeto? Os cálculos têm o seu

quê de aleatório. David Crystal admite, com muitas reservas, de 4 a 5 mil línguas, nem todas ainda estudadas.

6 – Mas por que se diversificam as línguas? Ferdinand de Saussure punha no tempo a causa da diferenciação das línguas (CLG, 1931: 270-271) e não no espaço. O mestre suíço chega a dizer: “A diversidade geográfica deve ser traduzida em diversidade temporal”. E, nesse envolver contínuo, muito a seu pendor, aliás, discernia duas forças antiéticas, que denominou *esprit de clocher* (de campanário) e *esprit d’intercourse* (de intercâmbio). O primeiro é particularista, divisionista; o segundo, ao contrário, é comunicativo, generalizante. O *esprit de clocher* diversifica, o *esprit d’intercourse* unifica. Na época atual, graças aos poderosos meios de comunicação de massa, o *esprit d’intercourse* leva ampla vantagem sobre o *esprit de clocher*, dando margem à formação de línguas de cultura de milhões de falantes. Não há de estranhar, pois, que Jespersen desfaça a ilusão de línguas-mãe com maior número de falantes do que cada uma de suas filhas. “Somente o espanhol”, diz, “(na Espanha e na América) é falado por um número muito maior de pessoas do que o latim quando o Império Romano governava o mundo” (1946: 95).

Eugenio Coseriu distingue entre ciências das *coisas*, que permanecem sempre idênticas a si mesmas, e ciências dos *atos*, que mudam continuamente para preencher determinadas funções. As primeiras são *estáticas* e por isso permitem, como nas ciências naturais, que se possa estabelecer um nexos entre causa e efeito; são ciências *causalistas*. As ciências dos atos, entretanto, devem ser estudadas tendo em vista os fins que presidiram à mudança; são *finalistas*. A esse propósito, Coseriu é muito explícito: “a língua não pertence à *ordem causal* e sim à *ordem final*, aos fatos que se determinam por sua *função*” (1973: 29-30). Se as línguas deixam de funcionar, isto é, de modificar-se para atingir novos fins, então morrem. Ou, ainda, para exemplificar com Coseriu: “O latim de Cícero deixou de funcionar como língua histórica justamente por ter deixado de mudar, e, nesse sentido, é uma *língua morta*, mesmo que possa continuar funcionando indefinidamente como *código*” (ib. 30).

7 – Devemos, porém, distinguir entre a *diversidade* das línguas em decorrência de sua mutação no tempo – que poderíamos denominar “diversidade extrínseca” – e a “diversidade intrínseca”, ou seja, o sentido que pode tomar a força estruturante que lhe deu a forma interna. Essa forma interna, por sua vez, refletiria algo de mais amplo e profundo, que também se chama “cultura” em sentido etnológico, quando, por exemplo, se fala em cultura chinesa, árabe ou egípcia, cada uma com sua tábua de valores. Tais “culturas” podem apresentar-se sob a forma de círculos concêntricos, como por exemplo, numa grande divisão inicial, *cultura ocidental* e *cultura oriental*. Nesta caberiam culturas como a chinesa, a árabe e a hindu; naquela, sucessivamente, as culturas clássica, me-

dieval e moderna. Benjamim Lee Whorf admitiu para a cultura ocidental moderna uma espécie de mentalidade média comum, que designou por “Standard Average European”.

8 – A cultura clássica grega se caracterizou pela diversidade, sem quebra, porém, da sua fundamental base helénica. Politicamente organizavam-se os gregos em torno das cidades: Atenas, Esparta, Tebas, Corinto. Linguisticamente desdobravam-se os seus falares em dialetos (o termo é grego), que Meillet classifica em jónico-ático, árcado-cipriota, eólico e grupo ocidental (1948: 79). Mas essas diferenciações quando passavam para a língua escrita eram havidas como “estilos literários”. A poesia lírica tinha a sua fonte em Lesbos e no dialeto eólico; a lírica de tipo coral compunha-se no dialeto dórico; a grande prosa, a oratória, o teatro encontram-se no dialeto ático. Foi com base neste último que se constituiu no século IV a.C., ao tempo de Alexandre da Macedónia, em todo o império grego, fruto de suas conquistas, uma língua comum, ou seja, a *koiné*, palavra que significa exatamente “comum”. Foi a *koiné* a grande língua de cultura do Oriente. Essa superioridade cultural é uma das causas da adoção como “língua” de um falar de determinada região. Meillet, por exemplo, salienta: “Não foi a força política de Florença que fez com que o florentino fosse adotado como língua literária pela Itália. E sim o ser Florença, no século XIII, o mais belo centro da civilização, onde viviam os melhores artistas e os maiores escritores. A língua é fruto, antes do mais, do espírito” (ib. 249).

Em Roma, a língua é imperial e sem competidores: a língua de Roma, que se espraiava até onde vão as legiões. A sua arte, a sua filosofia, a sua literatura, conquanto de valor inegável, se pautam pelos modelos gregos. Mas foram os romanos os fundadores do Estado moderno e paralelamente lançaram as bases do Direito, que até hoje repercutem na letra dos nossos códigos. Literariamente brilharam na História e fizeram-se mestres num gênero de cunho social, a Sátira.

9 – O latim, porém, não soçobrou sob as ruínas do Império. Ao contrário, por ser portador de uma cultura superior, tal como o florentino ou o grego, não só sobreviveu como se prolongou por todo o período medieval: língua de cultura, língua da Igreja, tornou-se língua universal. Nesse caráter, chegou até os tempos modernos. “Não foi senão no século XVIII” – e mais uma vez citamos Meillet – “que o latim deixou de ser uma língua comum dos sábios e dos filósofos” (1918: 172). Mas continuou também em sua expressão oral como a língua do povo, na Idade Média. E foi assim, sob a forma do chamado *romanice loqui* que chegou até os tempos modernos, língua viva, já esgalhada nos diversos, falares românticos. Desses falares surgiram as línguas nacionais dos países nascidos pela unificação regional dos feudos medievais: português, espanhol, francês, italiano. Para a difusão e implantação desses idiomas muito concorreu

a invenção da imprensa (a famosa Bíblia de Gutenberg, é de 1455) de tal importância, que fez o mundo moderno passar à História como a civilização do livro. Mas o crepúsculo do nosso milênio já se confunde com os primeiros clarões da nova era que se avizinha: o grande avanço tecnológico a que assistimos irá desabrochar certamente no século XXI. O poder político, o econômico e o técnico-científico se associam a nossos olhos num tal conglomerado de forças, que o desequilíbrio da montagem histórica novecentista já se torna visível. Os Estados nacionais, gestados na Idade Média feudal, emergidos no Renascimento, constituídos ao longo de séculos, já se sentem ameaçados. Formam-se blocos, macrobolsões de resistência e a afirmação nacional e/ou cultural: a União Européia, o Mercosul, o bloco islâmico, o eslavo-ortodoxo. É neste ponto que se vem colocar com toda força o projeto de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

10 – Brasil e Portugal, duas nações soberanas, apresentam-se historicamente em situação, pode dizer-se, inédita. A colonização cedo começou. Tivemos desde 1549 um Governo geral, para cá vieram homens de prol e missões religiosas, evangelizadores e formadoras da consciência moral da sociedade em crescimento. Juntos expulsamos invasores franceses e holandeses, juntos fizemos recuar o meridiano de Tordesilhas, juntos fizemos florescer as letras e as artes. Já no século XVII, o Brasil era Vice-Reinado e, em 1808, com a vinda para o Brasil da família real, tornou-se sede do Reino Unido de Portugal e Algarve. A Independência se fez pela voz de um príncipe português, D. Pedro I, do Brasil, D. Pedro IV, de Portugal, e a dinastia dos Braganças prolongou-se em nossas plagas. Não tivemos guerra de independência. Ficamos herdeiros não, porém, sucessores da cultura lusíada, latino-cristã por natureza. A língua, em particular, sempre encontrou entre nós parceiros de alta linhagem. No período colonial, os próceres da Escola Mineira já podiam ombrear com os de Lisboa: em 1789, o cidadão fluminense Antônio de Morais Silva publicava o seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, obra definitivamente incorporada à lexicografia portuguesa; Antônio Vieira, a mais vigorosa figura de prosador de sua época (o século XVII), embora nascido em Lisboa, foi no Brasil, aonde chegou aos seis anos de idade, que se fez sacerdote e adquiriu o cabedal de conhecimentos que lhe imortalizaram a memória.

Quanto aos novos países africanos de expressão portuguesa, frutos de recente descolonização, ainda ensaiam seus passos nos rumos da História. Nenhuma dúvida, porém, de que a *diritta via* não poderá ser outra senão a da incorporação em seus padrões de vida dos valores da cultura latino-cristã trazida no bojo das caravelas lusitanas.

Demais, pelo caráter de abertura espiritual, tão expressivo do homem português, não haverá nenhum tipo de imposição na incorporação desses valores,

pois todas as tradições de qualquer desses povos pautadas pela moral e pela justiça serão sempre respeitadas e bem acolhidas. Não existem, portanto, obstáculos para a constituição de uma comunidade de povos que compartilham o mesmo patrimônio lingüístico. Exigência tanto maior, quanto, no próximo milênio, só irão sobreviver as línguas que souberem afirmar-se no cenário mundial pela união em torno de sua expressão cultural e potencialidade material.

Notavelmente, era esta, há pouco mais de trinta anos, a lição de um sábio brasileiro, então ainda muito jovem, o saudoso professor Serafim da Silva Neto. Ao final de seu importante livro sobre o português do Brasil, a “*Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*”, deixou escritas estas certas palavras, onde há tanto que aprender:

“O domínio lingüístico português é, aliás, o reflexo de uma outra unidade superorgânica e até supranacional, de uma substância amalgamada pela história, a que é costume chamar Cultura Portuguesa. Cultura admiravelmente plástica, que soube adaptar-se sem perder-se, condescender sem trair-se. Cultura que soube estruturar interligando-os, territórios não contínuos, mas separados por distâncias incomensuráveis; que transplantou traços culturais da África para a América, sancionando-os e aprovando-os com a sua experiência comum. Assim criou, como dizíamos, uma unidade para além dos espaços, para além do tempo e até mesmo para além das soberanias, pois o Brasil e o Império são irmãos gêmeos.

A perenidade desta cultura comum será sempre uma obra de sábia e soberana política de Espírito” (p. 273). Nada melhor do que tal fecho para valorizar este artigo.

(J.L., 03/01/1996)

*

O enigma da *Arte de Furtar*

O Presente artigo não visa a trazer dados novos que possam contribuir para melhor dilucidar a questão da autoria de tão famoso livro. Pretende apenas apresentar clara e sucinta exposição do problema, acompanhada naturalmente de algumas reflexões críticas a respeito do que já se tem feito.

A 1.^a edição traz a data de 1652 (em algarismos arábicos) e as indicações de que o local da impressão é Amsterdam, na oficina Elvizeriana. O título da obra é *Arte de furtar* e é dada como composta pelo Pe. Antônio Vieira, “zeloso da Pátria. Ora, todas essas indicações são falsas.